



**ATA N.º 30**

**05-12-2018**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including '1207' and 'tu']*

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos a Técnica Superior Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, jurista da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----**

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

*(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.) -----*

O Sr. Presidente da Câmara deixou uma nota relativamente aos resultados das candidaturas aos CRO's (Centros de Recolha de Oficiais de Animais) informando que, mais uma vez, o município foi deixado de fora, tendo sido dada preferência aos agrupamentos de municípios e comunidades intermunicipais.

No entanto deixou a informação de que o município irá exercer o direito de audiência nos termos da Lei em vigor.

1-1  


O Sr. Vereador Luís Barriga disse ter esperança de que possa existir uma nova janela de oportunidade com o próximo Orçamento de Estado para 2019 porque parece que o mesmo prevê verbas para candidaturas nestas áreas.

NoeR

O Sr. Vice-Presidente da Câmara entregou aos Vereadores do PS uma informação elaborada pelos serviços técnicos referente ao funcionamento das Etar's de Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos, como resposta ao pedido que havia sido formulado pelo Sr. Vereador Luís Barriga, constatando-se através do relatório agora entregue que se encontram a funcionar normalmente e todas as análises correspondem aos parâmetros legais.

João



A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Noémia Ramos, no período de 21 de novembro a 04 de dezembro a Vereadora Noémia Ramos desenvolveu as seguintes atividades:

- Receção à Comunidade Educativa para o ano letivo 2018/2019;
- Participação no Encontro regional de Núcleos Executivos dos Conselhos Locais de Ação Social;
- Participação na Sessão da Plataforma Alentejo – Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas Ligações Nacionais e Internacionais, promovida pela Câmara Municipal de Cuba;
- Participação no Jantar Solidário, promovido pela Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito, de apoio aos Bombeiros Voluntários;
- Participação na mobilidade para a República Checa no âmbito do Projeto “It`s a time to care”, a convite do AEC;
- Reunião de trabalho com o pessoal afeto ao setor educativo para integração dos novos recursos humanos;

- Participação no Projeto “+ Próximo” em Vila Ruiva;
- Atendimento aos munícipes;
- Acompanhamento dos processos de intervenção social dos programas sociais do SASS e de SAE;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de integração dos colaboradores dos contratos de emprego inserção e emprego inserção + e GIP;
- Monitorização dos trabalhos do Gabinete Municipal de Proteção Civil, nomeadamente da operação no Condomínio “Sol da Planície” que afetou um conjunto de meios de socorro a nível local que, certamente, poderiam ter sido imprescindíveis a situações de efetiva emergência.



Noe

Gerlo




O Sr. Presidente deixou uma nota sobre a situação que ocorreu no Condomínio Sol da Planície. Informou que os serviços do município estão a elaborar um relatório sobre o sucedido, documento que virá à próxima reunião de Câmara para conhecimento.

**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2018: € 356 411,42.**

**ORDEM DO DIA:**

**1. JOSÉ CARLOS HIERRO GONÇALVES ERAZO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - RATIFICAÇÃO.**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sr. José Carlos Hierro Gonçalves Erazo, autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de um espetáculo de Karaoke, na Pastelaria Lucas, em Cuba, entre as 22,00 horas do dia 1 e as 2,00 horas do dia 2 de dezembro de 2018.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º



75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**2. CENÁRIOAGOSTO UNIPESSOAL, LDA - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido da empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma sessão d música ao vivo, na Adega da Lua, em Cuba, no horário compreendido entre as 21,00 horas do dia 24 e as 2,00 horas do dia 25 de novembro de 2018. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**3. ANA CRISTINA VILHENA REBELO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Solicita a Sr.ª Ana Cristina Vilhena Rebelo a emissão de licença especial de ruído para poder exercer atividade ruidosa temporária por ocasião da festa de aniversário do Café Cubense, com música ao vivo, que terá lugar a partir das 22,00 horas do dia 15 de dezembro até às 04,00 horas do dia seguinte. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.-----

A Câmara, por maioria, tendo-se ausentado o Vice-Presidente, atendendo ao grau de afinidade com a requerente, deliberou: -----

1) Emitir a licença Especial de ruído, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08;-----

2) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

**4. ELISABETE MARIA MARCELINO SEROL CARDOSO FITAS - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Elisabete Maria Marcelino Serol Cardoso Fitas a emissão de licença especial de ruído para poder exercer atividade ruidosa temporária por ocasião da festa de aniversário que terá lugar no dia 15 de dezembro de 2018, a partir das 19,00 horas às 02,00 horas do dia seguinte, no Palacete Borralho relógio, em Cuba. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou:-----

1) Emitir a licença Especial de ruído, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08; -----

2) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

**5. MARIA DA CONCEIÇÃO ABRANCHES VEIGA MOUSINHO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Abranches Veiga Mousinho a emissão de licença especial de ruído para poder exercer atividade ruidosa temporária por ocasião de uma festa de Finalistas que terá lugar no dia 15 de dezembro de 2018, a partir das 22,00 horas até às 04,00 horas do dia seguinte, na Adega da Lua, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou:-----

1) Emitir a licença Especial de ruído, até às 2,00 horas, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08; -----

2) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

#### **6. SORINA DANIELA DOBOS - APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO E GÁS - RATIFICAÇÃO.**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 95/2018, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as alíneas a), b) e f) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação e gás no valor de € 76,20, formulado pela Sr.ª Sorina Daniela Dobos.-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.-----

#### **7. FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES SANTANA - PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES.** \_\_\_\_\_

Solicita o Sr. Francisco José Gonçalves Santana a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água na sua morada constante do processo, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 30,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. \_\_\_\_\_

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 217/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, conforme simulação anexa, alertando



para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. \_\_\_\_\_

**8. HELENA ISABEL VICENTE TEIXEIRA - PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. -----**

Solicita a Sr.ª Helena Isabel Vicente Teixeira a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água na morada constante do processo, de que é titular do contrato a Sr.ª Maria Isabel Cascais Rufino, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 15,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 225/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**9. RUI PINTO HENRIQUES COIMBRA E CLÁUDIA PINTO HENRIQUES COIMBRA - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO NOS TERMOS DO ART.º 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 02/09, NA REDAÇÃO ATUAL - RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI) - RATIFICAÇÃO. -----**

Rececionámos o seguinte pedido: -----

Na qualidade de promitentes compradores, vimos requerer a V.Ex.ª nos termos do artigoº da lei 64/2003 de 23 de Agosto, se digne emitir parecer favorável para constituição de propriedade do número de compartes quanto à aquisição do prédio rústico, sito em Horta da Silveira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Cuba sob o nº 399, da freguesia de Vila Ruiva e inscrito na matriz predial rústica da mesma freguesia sob o art. 3 da secção B, para os Senhores Rui Pinto Henriques Coimbra e Cláudia Pinto Henriques Coimbra.

Relativamente a esta matéria refere o n.º 1 do art.º 54.º da lei n.º 91/95, de 2/09, na redação atual, que: *"A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios".* -----

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo *"O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana."* -----

Atendendo à urgência na decisão, para efeitos de escritura, o Sr. Presidente da Câmara, proferiu despacho tendo deferido a pretensão em 23-11-2018. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### **10. CUBACARNES – PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DOS TALHOS DO MERCADO SEM AGRAVAMENTO.** -----

Foram presentes à Câmara o pedido da Cubacarnes a solicitar o pagamento da renda do mês de novembro dos talhos nºs 1, 2 e 4 do Mercado Municipal sem agravamento, bem como a Informação n.º 224/2018, da Subunidade Administrativa, documentos que se anexam à presente ata e se dão por integralmente reproduzidos. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir a pretensão da requerente uma vez que já foram esgotados 3 perdões anuais de agravamento. -----

#### **11. ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES E PESCADORES DE FARO DO ALENTEJO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS E DE MATERIAL E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO.** -----



Foram presentes à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deferiu o pedido da Associação de Caçadores e Pescadores de Faro do Alentejo de cedência do Pavilhão Multiusos de Cuba, 2 grelhadores, dez mesas e cinquenta cadeiras para a realização de um almoço no dia 01/12/2018 e aprovou a isenção do pagamento das taxas devidas, no valor de € 254,22, e a informação n.º 227/2018 da Subunidade Administrativa sobre ele proferida. -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do artigo supra referido, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

## **12. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE FARO DO ALENTEJO – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE VERBA – RATIFICAÇÃO.-----**

Foram presentes à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deferiu o pedido do Grupo Desportivo e Recreativo de Faro do Alentejo de adiantamento de uma verba de € 500 (quinhentos euros) referente ao Protocolo de 2019 destinada a financiar a época desportiva 2018/2019, entretanto iniciada, e a informação n.º 11/2018 da Subunidade de Ação Desportiva sobre ele proferida.-----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do artigo supra referido, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

## **13. SPORTING CLUBE DE CUBA - PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE VERBA – RATIFICAÇÃO.-----**

Foram presentes à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deferiu o pedido do Sporting Clube de Cuba de adiantamento de uma verba de € 5.000 (cinco mil euros) referente ao Protocolo de 2019 destinada a financiar a época desportiva 2018/2019, entretanto iniciada, e a informação n.º 10/2018 da Subunidade de Ação Desportiva sobre ele proferida.-----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do artigo supra referido, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

**14. MARIA DA CONCEIÇÃO XIMENES CARDEIRA – APOIOS SOCIAIS – ELETRICIDADE - RATIFICAÇÃO.**-----

Foram presentes à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, deferiu o pedido da Srª. D. Maria da Conceição Ximenes Cardeira de atribuição de um apoio social de € 32,66, destinado ao pagamento de eletricidade, e a informação n.º 96/2018 do Serviço de Ação Social e Saúde sobre ele proferida. -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do artigo supra referido, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

**15. ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PASSATEMPO “+COMÉRCIO+CUBA” - RATIFICAÇÃO.**-----

Foram presentes à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, aprovou as alterações propostas às Normas de Funcionamento do Passatempo “+Comércio+Cuba”, fixou o período em que decorre o passatempo entre os dias 01/12/2018 e 06/01/2019, e determinou a atribuição de um 1.º prémio de € 500 (quinhentos euros) e 10 prémios de € 50 (cinquenta euros) cada um, e a informação jurídica n.º 099/2018, proferida sobre esta matéria. -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do artigo supra referido, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

**16. ALENTEJO 2020 – AVISO N.º ALT20-06-2018-35 – SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS – PROJETO DE REABILITAÇÃO DA RUA 1º DE MAIO, EM CUBA – SUBMISSÃO DE CANDIDATURA.**-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 30/2018, do Chefe da UAJDCS relativa à submissão com sucesso da candidatura supra identificada, documento que se anexa à presente ata e se dá por integralmente reproduzido.-----

A Câmara toma conhecimento do seguinte:-----

1.º Em sede do PAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável – Centros Urbanos Complementares, ter sido submetida com sucesso no Balcão 2020, pelas 18h48' do dia 29/11/2018, a candidatura do Projeto de Reabilitação da Rua 1.º de Maio, em Cuba, no âmbito ao Alentejo 2020 - Aviso n.º ALT20-06-2018-35 – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos;-----

2.º A candidatura apresenta um valor global, incluindo IVA, de € 1.086.810,00 (um milhão oitenta e seis mil oitocentos e dez euros), o que a ser conseguida a comparticipação em 85% em todas as componentes elegíveis permitirá uma comparticipação FEDER de € 923.788,50 (novecentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos), implicando uma comparticipação nacional, da responsabilidade do Município de Cuba, correspondente a 15%, ou seja, € 163.021,50 (cento e sessenta e três mil e vinte e um euros e cinquenta cêntimos);-----

3.º A candidatura contempla um prazo de 20 meses (de 03/06/2019 a 26/02/2021), com execução física de 18 meses e execução financeira de 20 meses, para permitir o encerramento financeiro do projeto após a conclusão dos trabalhos;-----

4.º A candidatura é composta por quatro componentes, a empreitada de obras públicas, a realizar mediante lançamento de concurso público, a revisão de preços, que lhe está conexa, a aquisição do projeto de execução e a aquisição de serviços de fiscalização externa; -----

5.º À operação foi atribuído o código ALT20-07-1406-FEDER-000037;-----

6.º A decisão sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do programa Operacional Regional do Alentejo até 60 dias úteis após a sua submissão; -----



7.º Após aprovação da candidatura, o beneficiário dispõe do prazo de 60 dias para demonstrar o início de abertura do procedimento de contratação pública, sob pena da candidatura ser considerada desistida. -----

**17. ALENTEJO 2020 – AVISO N.º ALT20-06-2018-35 – SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS – PROJETO DE REABILITAÇÃO DE TROÇO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, EM CUBA – SUBMISSÃO DE CANDIDATURA.**-----

Foi presente à Câmara a informação n.º 29/2018, do Chefe da UAJDSCS relativa à submissão com sucesso da candidatura supra identificada, documento que se anexa à presente ata e se dá por integralmente reproduzido. -----

A Câmara toma conhecimento do seguinte:-----

1.º Em sede do PAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável – Centros Urbanos Complementares, ter sido submetida com sucesso no Balcão 2020, pelas 18h48' do dia 29/11/2018, a candidatura do Projeto de Reabilitação da Rua 1.º de Maio, em Cuba, no âmbito ao Alentejo 2020 - Aviso n.º ALT20-06-2018-35 – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos;-----

2.º A candidatura apresenta um valor global, incluindo IVA, de € 508.641,00 (quinhentos e oito mil seiscentos e quarente e um euros), o que a ser conseguida a comparticipação em 85% em todas as componentes elegíveis permitirá uma comparticipação FEDER de € 432.344,85 (quatrocentos e trinta e dois mil trezentos e quarenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), implicando uma comparticipação nacional, da responsabilidade do Município de Cuba, correspondente a 15%, ou seja, € 76.296,15 (setenta e seis mil duzentos e noventa e seis euros e quinze cêntimos; -----

3.º A candidatura contempla um prazo de 20 meses (de 03/06/2019 a 26/02/2021), com execução física de 18 meses e execução financeira de 20 meses, para permitir o encerramento financeiro do projeto após a conclusão dos trabalhos;-----

4.º A candidatura é composta por duas componentes, a empreitada de obras públicas, a realizar mediante lançamento de concurso público, e a revisão de preços, que lhe está conexas; -----

5.º À operação foi atribuído o código ALT20-07-1406-FEDER-000038; -----

6.º A decisão sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do programa Operacional Regional do Alentejo até 60 dias úteis após a sua submissão; -----

7.º Após aprovação da candidatura, o beneficiário dispõe do prazo de 60 dias para demonstrar o início de abertura do procedimento de contratação pública, sob pena da candidatura ser considerada desistida. -----

**18. DERIVADOS E SEGMENTOS, SA. - PROCESSO N.º 26/2018 - OCUPAÇÃO DE ESPAÇO AÉREO E SUBSOLO PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA PASSAGEM DE CABOS DE FIBRA ÓTICA - ARRUAMENTOS DE CUBA, VILA ALVA E VILA RUIVA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 27 de novembro de 2018, nos termos do art.º 34.º do RJUE, na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**19. CÉLIA DO CARMO BALEIZÃO CHAMORRO ESCRIVENTE - PROCESSO N.º 30/2018 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO - REMODELAÇÃO DE HABITAÇÃO - ROSSIO DE S.VICENTE, S/Nº, EM CUBA. -----**

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a remodelação de uma moradia em zona de expansão recente (ZER), na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a recuperação formal das duas construções existentes, procedendo à sua ligação e originando um só fogo habitacional. São propostas genericamente, obras de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

reformulação interior, de abertura e fecho e vãos e ampliação do piso superior, na área de ligação dos dois corpos. Paralelamente serão levadas a cabo obras de conservação construtiva, construção de novas instalações sanitárias, espaço de cozinha e refeições, e edificação de espaço de estacionamento automóvel. A moradia resultante de tipologia T8, possuirá ao nível térreo, um espaço de sala e de cozinha/refeições, biblioteca, escritório, duas instalações sanitárias e área de circulação. No piso superior localizar-se-ão quatro quartos e respetivas instalações sanitárias de apoio e ainda um espaço de sala e de circulação. Resultam áreas de implantação e de construção de 290.45m<sup>2</sup> e 361.80m<sup>2</sup> respetivamente, numa área de intervenção total de 1304.45m<sup>2</sup> e respeitando o índice de construção máxima de 1,0, fixado para a ZER (cfr. artigos 41.º a 44.º do regulamento do PUC). -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares. -----

Verifica-se ainda a observância dos preceitos urbanísticos fixados pelos artigos 41.º a 44.º do regulamento do PUC em matéria de condicionamentos gerais e específicos, bem como dos parâmetros urbanísticos em vigor para o local. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

Handwritten notes and signatures in blue ink. The notes include "Nº 8" and "Yful". There are several signatures, including one that appears to be "Nº 8" and another that is more stylized.



20. RUI MANUEL PARREIRINHA CARAPUÇA. PROCESSO DE OBRAS 28/2018. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - LEGALIZAÇÃO DE 2 PAVILHÕES AGRÍCOLAS - PRÉDIO RÚSTICO 430-K CUBA.-----

Vem o requerente submeter a licenciamento o projeto de legalização de 2 pavilhões agrícolas, com a área total de construção de 749.50m<sup>2</sup> (Pavilhão A- 383.00m<sup>2</sup>, Pavilhão B- 326.00m<sup>2</sup> + 40.50m<sup>2</sup> alpendre) erigidos no prédio n.º 430-K da freguesia de Cuba.---

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Área Agrícola Dominante*.-----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade do prédio e interferência com os canais do sistema de rega.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte:-----

1.º As ações não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo *Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro*, que estabelece o novo regime da RAN;-----

2.º Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 81.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas;-----

3.º Ainda, e tomando como base o disposto nesses artigos do regulamento do PDM há a referir que nas áreas de RAN, sem prejuízo das competências da entidade regional de RAN, *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos:*

i) *O requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----*

ii) *A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----*

Em concreto, deverá haver enquadramento no disposto no n.º 3 do artigo 74.º desde que verificados todos os pressupostos aí enunciados, e mediante o parecer favorável da Comissão de Reserva Agrícola;

O processo de legalização é regulado pelo artigo 102.º-A do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, devendo assegurar-se a conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial e demais condicionantes decorrentes da pronúncia favorável das entidades exteriores. Podendo ser dispensada a apresentação de alguns elementos, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo, deverá ser entregue termo de responsabilidade relativo ao cumprimento das normas aplicáveis à estrutura dos dois pavilhões.

De acordo com o exposto, importa numa primeira fase desencadear o parecer da Comissão Regional de RAN, que é vinculativo nos termos da Lei, e sem o qual não poderá a câmara municipal emitir decisão favorável sobre o pedido de licenciamento, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE (atualmente o Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro).

**DELIBERAÇÕES DIVERSAS. -----**

## **21. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO DURANTE O ANO DE 2019. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 101/2018, do SAJAI, enquadrando o procedimento em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

À semelhança do que acontece anualmente, estamos em momento oportuno para lançar o procedimento destinado ao fornecimento de gasóleo rodoviário durante o ano de 2019 para a frota de viaturas do Município. -----

Para o ano de 2019 pretende-se o fornecimento faseado de 120.000 litros de gasóleo rodoviário, sendo fixado o preço base do procedimento a abrir em € 158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos euros), a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. -----

Consequentemente, atendendo ao valor do procedimento a abrir a entidade competente para autorizar a despesa e escolher o procedimento a adotar é a Câmara Municipal, conforme resulta da conjugação do disposto nos artigos 18º, nº 1, alínea b), do Decreto-lei nº 197/99, de 6 de Junho, aplicável por força do artº. 14º, nº 1, alínea f) do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e 36º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP). -----

Atendendo a que o Município de Cuba aderiu à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL, assim como à existência do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, o qual permite a adoção de um procedimento mais célere e simplificado (o ajuste direto), uma vez que já foram previamente escolhidas as entidades a consultar (na medida em que a fase de qualificação dos fornecedores foi já assegurada pela CIMBAL) e já se encontram fixadas as condições mínimas mais vantajosas que elas têm a oferecer, propõe-se que se opte, nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artº. 26º do CCP, pela escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos do disposto no nº 1 do artº. 258º. -----

Atendendo a que o procedimento atrás indicado é, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artº. 40º do CCP, constituído pelas peças Convite e Caderno de Encargos, que se anexam, propõe-se a sua aprovação. -----

Ao abrigo do disposto no artº 259.º do CCP, devem ser consultados os cocontratantes do Acordo Quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das



prestações objeto do contrato a celebrar, o qual incide sobre o Lote 2 – Fornecimento de combustíveis rodoviários a granel, e que são os seguintes: -----

1) Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.; -----

2) Repsol Portuguesa, S. A.; -----

3) Petroibérica – Soc. Petróleos Ibero Latinos, S. A. -----

Mais proponho que, ao abrigo do disposto no nº 1 do artº. 67º do CCP, o Júri do procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe interino da UAJDCS; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior. -----

Vogais suplentes: Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior; -----

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior. -----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

E que, ao abrigo do nº 2 do artº 69º do CCP, sejam delegadas no Júri as seguintes competências: -----

a) Prestação de esclarecimentos e retificações de erros e omissões das peças do procedimento (artº 50º do CCP); -----

b) Decisão de prorrogação de prazos (artºs 64º e 133º do CCP). -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no uso da competência a que se refere a alínea o) do nº 1 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para deliberação do órgão executivo na sua próxima reunião. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com as propostas constantes na informação. -----

**22. CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 100/2018, do SAJAI, enquadrando o procedimento em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

"No seguimento do concurso supra identificado, verificou-se ter sido apresentada e admitida uma única proposta - Filomena Maria Manhita Pacheco Soudo, que propôs o valor de € 121,00 (cento e vinte e um euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (23%), no valor de € 27,83 (vinte e sete euros e oitenta e três cêntimos), o que totaliza € 148,83 (cento e quarenta e oito euros e oitenta e três cêntimos). -----

Foi dispensada a audiência prévia, nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 124º do CPA e a concorrente apresentou todos os documentos de habilitação exigidos no ponto 5.1. do Programa do Concurso. -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, no uso da competência vertida na alínea o) do nº 1 do art.º. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter ao órgão executivo a adjudicação da cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, a Filomena Maria Manhita Pacheco Soudo, nos termos da proposta apresentada, pelo valor mensal de € 121,00 (cento e vinte e um euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor (23%), assim como para aprovação do respetivo contrato, cuja minuta se anexa." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou adjudicar a cessão de exploração do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, a Filomena Maria Manhita Pacheco Soudo, nos termos da proposta apresentada, pelo valor mensal de € 121,00 (cento e vinte e um euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor (23%), assim como para aprovação do respetivo contrato, cuja minuta se anexa. -----

-----

**23. DESPACHO DO PRESIDENTE. REDISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS:** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

**DESPACHO**

"**João Manuel Casaca Português**, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pelo art. 36.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atentas as atribuições e competências da Câmara Municipal, e sem prejuízo dos atos da competência exclusiva deste órgão, procede à seguinte distribuição de pelouros: -----

a) - Presidente da Câmara – **João Manuel Casaca Português**:

- a.1) – Ordenamento do Território e Urbanismo ;
- a.2) - Empreitadas de Obras Públicas e Obras Municipais por Administração Direta;
- a.3) – Desenvolvimento Económico e Inovação;
- a.4) – Serviços Urbanos e Saneamento Básico
- a.5) - Cooperação Institucional;
- a.6) – Recursos Humanos;
- a.7) – Finanças;
- a.8) – Património;
- a.9) – Modernização Administrativa;
- a.10) - Desporto e Tempos Livres;
- a.11) – Cultura;
- a.12) – Comunicação Social.

b) - Vice-Presidente da Câmara – **Francisco Xavier Candeias Fitas**:

- b.1) - Transportes e Mobilidade;
- b.2) - Higiene e Segurança no Trabalho;
- B.3) - Habitação;
- b.4) – Emprego e Formação Profissional;
- b.5) - Ambiente ;
- b.6) - Sanidade Animal;
- b.7) - Agricultura;
- b.8) - Defesa do Consumidor.

c) – Vereadora – **Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos**:



- c.1) - Educação;
- c.2) - Ação Social e Saúde;
- c.3) - Turismo;
- c.4) – Proteção Civil e Florestas;
- c.5) – Movimento Associativo e Juventude.

O Presente despacho revoga aquele que se encontrava em vigor sobre a mesma temática, datado de 20 de outubro de 2017."

A Câmara tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h 00 m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

